

Ministério Público do Trabalho enfrenta a intransigência da Cemig

No último dia 5, a 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, realizou uma audiência para tratar da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra as práticas da Cemig, dentre elas, a terceirização da atividade-fim. O Ministério Público foi representado pelas procuradoras Luciana Marques Coutinho e Maria Helena Guthier. Em nome da Cemig estava Ricardo Diniz Gomes.

Apesar da ação ter foco nos trabalhadores terceirizados em atividade-fim, a Cemig não apresentou nenhuma testemunha que contradissesse o amplo levantamento feito pela Delegacia Regional do Trabalho e que deu origem ao processo.

Como a ação também pede uma série de correções nas medidas de saúde e segurança adotadas pela Cemig, como fim do trabalho isolado, os representantes da empresa levaram uma engenheira de segurança do trabalho como testemunha. Segundo ela, a Cemig segue à risca todas as normas de segurança para os trabalhadores do quadro próprio.

Quanto a segurança dos

Ação é resultado da recusa da Cemig em assinar o Ajustamento de Conduta

Ao apurar que uma empresa está em desacordo com a legislação, a primeira atitude do Ministério Público do Trabalho é propor um Termo de Ajustamento de Conduta. A maioria das empresas assina e cumpre o que foi acordado. Mas não a Cemig. Como a empresa se recusou a assinar o documento, proposto em 28 de agosto de 2005, o MPT ajuizou a Ação Civil Pública.

A ação trata de assuntos como a proi-

bição da alternância de trabalhos em linha viva e desenergizada, a adoção do regime de duplas de eletricitistas em serviços de atendimento e manutenção e também a proibição de contratação de mão-de-obra terceirizada em atividades-fim da empresa. A partir das denúncias feitas pelo Sindieletro, a Cemig já foi multada várias vezes pela DRT, mas se nega a cumprir o que está na lei.

trabalhadores terceirizados – principais vítimas de acidentes graves e fatais – a engenheira se limitou a dizer que “a Cemig exige, nos contratos com as empreiteiras, cláusulas relativas à cursos de capacitação”. Segundo ela, o curso é promovido pelo Sindimig que confere o certificado aos trabalhadores.

Já a fiscalização é feita pelos agentes de inspeção e pelos técnicos de segurança. Contudo, a testemunha da Cemig não soube informar quantas empreiteiras ou trabalhadores terceirizados trabalham na Cemig atu-

almente. Também não explicou como a fiscalização é feita se o departamento de Segurança do Trabalho não sabe quem ou quantos fiscalizar.

Para a assessora jurídica do Sindieletro, Rosângela Carvalho, a intenção da empresa foi comprovar que ela cumpre as normas de segurança no trabalho. “No entanto a posição da Cemig foi inócua porque no processo existem várias provas de que essas normas não estão sendo cumpridas. São os relatórios de fiscalizações feitas pela DRT a partir de denúncias feitas pelo Sindieletro. São provas documentais robustas que contradizem o que foi falado pela testemunha da Cemig”, afirma a assessora jurídica do Sindieletro, Rosângela Carvalho.

Outra questão abordada no processo movido pelo Ministério Público do Trabalho é quanto ao uso de estagiários no call center da Cemig, o que é considerado pelo MPT e denunciado pelo Sindieletro como uso in-

devido de mão-de-obra. A testemunha convocada pela Cemig foi a coordenadora de telemarketing, que explicou o funcionamento do call center e chegou a afirmar que acredita que “o estágio se assemelha a um programa de caráter social”.

Para o coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, a Cemig usa todas as formas para burlar a legislação trabalhista, seja através de cooperativas, dos estágios ilegais ou da terceirização da atividade-fim. “A categoria tem que estar atenta ao andamento dessa ação porque nela estamos discutindo questões muito importantes, como o fim da atividade isolada”, ressalta.



NÃO À EMENDA 3 – Mobilização dia 23, quarta-feira, em todas as portarias da Cemig. Vamos defender nossos direitos!

A CUT e o Sindieletro convocam os trabalhadores para a campanha nacional contra a Emenda 3 e em defesa do emprego, do salário digno, do direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Nós, eletricitários, vamos fazer parte deste movimento participando das manifestações e setoriais no dia 23. Esta será a nossa melhor resposta ao golpe contra as relações de trabalho e ao emprego com carteira assinada.



Imprensa nacional denuncia pesadelo vivido por servidores públicos no governo Aécio



O jornal Brasil de Fato publicou, na semana passada, uma edição especial com denúncias de graves irregularidades cometidas pelo governo Aécio Neves (PSDB) em Minas Gerais. Com base em documentos, a publicação mostra a farsa do Choque de Gestão e do Déficit Zero e como o governo tucano vem sucateando os serviços públicos e impondo o arrocho salarial para os servidores do Estado.

As reportagens mostram que, enquanto o piso mínimo do país é R\$ 375,00, um servidor da rede estadual de saúde de Minas Gerais, com formação em ensino fundamental recebe como salário-base R\$ 315,00 e o da educação R\$ 359,10. Um professor com formação em ensino médio recebe, em Minas, R\$ 409,37.

“No governo Aécio não há espaço para o debate das políticas estaduais e nem negociação efetiva com os trabalhadores e entidades sindicais”, diz o jornal. A truculência contra os

movimentos sociais e a organização dos servidores revela, segundo a reportagem, a verdadeira face do governo mineiro. São citados dados do 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos, produzido pelo Núcleo de Estudos de Violência da USP, que revelam que as denúncias de abuso de autoridade e agressão em Minas pulou de 285 em 2003, para 381 em 2005. Os registros de tortura passaram de 45 em 2003, para 71 em 2005.

O texto diz que “126 policiais foram assassinados desde 2003, início do governo Aécio. Esse número mostra que a segurança no estado, vitrine do governo, não é garantida nem para os próprios trabalhadores da segurança”, traz a reportagem. “Há uma maquiagem, que faz com que a população tenha uma visão equivocada a respeito da situação de Minas Gerais”, alerta na matéria o tenente-coronel da PM Domingos Sávio de Mendonça, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (AOPMBM).

Estas informações confirmam o alerta dado pelo Sindieletro de que o autoritarismo da direção da Cemig é reflexo da política do governo do PSDB, que ressuscitou práticas superadas pela democracia, como o bloqueio de acesso de dirigentes a muitos locais de trabalho e processos criminais contra diretores do sindicato. As mes-

mas práticas são adotadas pela direção da Copasa contra representantes dos trabalhadores no Sindicato.

Mais equívocos na Cemig e na Copasa

A política tarifária da Cemig também foi denunciada

pelo Brasil de Fato. “O marketing da Cemig sobre a ‘melhor energia do mundo’, dos mais belos e convincentes, esconde o descalabro das famílias atingidas por barragens, a precarização do trabalho, a terceirização, o repasse de fortunas para acionistas estrangeiros”, diz o jornal.

A publicação também destaca a condução equivocada da Copasa, que em fevereiro de 2007 colocou à venda 50% de suas ações ordinárias. Dessas ações, 73% foram adquiridas por empresas estrangeiras, iniciando um processo de privatização da empresa.

Discurso da eficiência oculta o sucateamento da saúde e da educação

O Brasil de Fato mostra que, de 2003 a 2006, foram investidos R\$197,5 milhões na recuperação da infra-estrutura de 120 hospitais, grande parte entidades filantrópicas e particulares contratadas, que, depois de reformadas, podem deixar de atender pelo SUS. “Ao invés de investir na rede estadual, o governo Aécio repassa recursos para salvar hospitais de suas dívidas”, denuncia Eni Carajá, membro do Conselho Nacional de Saúde e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sind-Saúde/MG).

Enquanto isso, os 20 hospitais que compõem a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) esperam por melhorias para além das reformas das fachadas e halls de entrada. Uma tentativa dos tucanos de privatizar o hospital da Fhemig, em Venda Nova, foi barrada pela organização dos servidores e pela interven-



ção do Ministério Público.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG) “neste governo, está havendo um aprofundamento da política de desvalorização dos professores, o que infelizmente repercute nas salas de aula”. O governo também não realiza concurso público para regularizar a situação de 70 mil trabalhadores que têm contrato temporário com o Estado, sem

direitos garantidos.

Tantas irregularidades, segundo o Brasil de Fato, não chegam ao conhecimento da maioria da população por causa do milionário marketing do governo e da censura aos jornalistas mineiros. “Ao discordar da orientação política de alguma matéria, Andréa Neves (irmã do governador) liga para o diretor do jornal, pressionando a linha editorial”, constatou o jornal.



Ministério Público quer demissão de todos os trabalhadores da Sá Carvalho

Foto: Benedito Maia



Sindieletro pediu em audiência para defender trabalhadores

O Ministério Público do Trabalho entrou com Ação Civil Pública em abril pedindo liminar para a demissão de todos os trabalhadores da Usina Sá Carvalho e, ainda, o pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00, caso a medida não seja cumprida. Em audiência na Justiça do Trabalho, no último dia 3, o sindicato pediu sua integração à Ação do MPT, reforçando a defesa da Usina. A intervenção do sindicato busca reverter a ameaça ao emprego dos 13 trabalhadores da Usina. O MPT concordou com o pedido e a Juíza da 9ª Vara do Trabalho de BH determinou a integração do Sindieletro à Ação.

A Usina foi criada pelo Grupo Acesita, em junho de 2000.

Em dezembro do mesmo ano foi adquirida pela Cemig, que detém 100% das ações, passando a ser subsidiária e, portanto, empresa de economia mista. Todos os funcionários da Acesita eram

celetistas – contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas – e foram transferidos para a Cemig após a venda.

Novo empregador

A assessora jurídica do Sindieletro, Rosângela Carvalho, diz que a CLT estabelece claramente que a aquisição de um empreendimento não afeta os contratos com os trabalhadores. A disposição é expressa pelo Art. 10 que diz que “Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados”.

O coordenador do Sindieletro na Regional Vale do Aço, e presidente da CUT na região, Marcos Túlio Silva, diz que o sindicato está empenhado em barrar judicialmente a Ação, garantindo a permanência dos trabalhadores na subsidiária. “Muitos destes trabalhadores foram admitidos pela Acesita e readmitidos pelo empreendimento da Usina, no mesmo grupo, antes da Cemig adquirir a empresa. Têm mais de 20 anos de casa e não podem, de uma hora para a outra, perderem o emprego”.

A subsidiária optou pela manutenção dos funcionários para a continuidade da prestação dos serviços de geração de energia, tendo em vista a complexidade da operação da Usina. No entanto, em 2005, o MPT instalou Procedimento Prévio Investigatório sobre os contratos de trabalho, que resultou na Ação Civil Pública.

FALA TRABALHADOR

Fotos: Marcos T. Silva



Apesar de ter conhecimento, suspeitas e acreditar que isso poderia acontecer algum dia, fiquei

surpreso e bastante preocupado com o nosso futuro e com o que possa vir a acontecer, com os trabalhadores e com a empresa. Há um clima de incertezas entre os trabalhadores. Estamos evitando comentar sobre o assunto na empresa. Após 6 anos de Cemig, nós não sabemos profundamente o que está acontecendo. Apesar da experiência, alguns dos trabalhadores estão em final de carreira e poderiam encontrar sérias dificuldades em conseguir um novo emprego. Apesar disso estamos todos confiantes numa decisão favorável, que olhe o lado do trabalhador.

Antônio Alves, operador de usina – Sá Carvalho



Nós recebemos a notícia com muito medo, porque é o nosso emprego que está em risco. O

clima entre os colegas é de muita apreensão. Nós tememos por nós e pela nossa família. A maioria dos trabalhadores está na Sá Carvalho há mais de 20 anos e não tem muita esperança de conseguir um novo emprego, se formos demitidos. Espero que haja bom senso de quem for julgar essa sentença, pois, dependendo da decisão, 13 famílias, que dependem deste emprego para viver, serão prejudicadas. Vários colegas, inclusive, estão bem próximos de se aposentar e, neste caso, teriam dificuldade ainda maior em arrumar um outro emprego.

José Geraldo, eletricitista – Sá Carvalho

Programa Luz para Todos é desvirtuado no Norte de Minas

Foto: Regional Norte

O uso de painéis fotovoltaicos era para ser exceção no Programa, mas virou regra e hoje vários consumidores estão frustrados com a energia que recebem, capaz de acender apenas duas lâmpadas e manter a televisão ligada por duas horas

No dia 19 de abril, a Câmara Municipal de Montes Claros recebeu prefeitos, deputados estaduais, vereadores e lideranças comunitárias de várias cidades do Norte de Minas para debater o Programa Luz para Todos. A presença maciça à Audiência Pública, convocada pelo deputado Paulo Guedes (PT), não foi à toa: a região apresenta os maiores problemas na execução do Luz para Todos pela Cemig.

Além do atraso na implantação do Programa, está havendo no Norte de Minas um desvirtuamento das regras para a ligação de consumidores. Ao invés de instalar a rede convencional, a Cemig tem usado indiscriminadamente os painéis fotovoltaicos.

O problema, relatado pelos consumidores presentes, é que a energia gerada pelo painel é capaz de acender apenas duas lâmpadas e manter por míseras duas horas a televisão ligada.

Para um Programa que tem por objetivo propiciar desenvolvimento e qualidade de vida, os painéis deixam a desejar. “Que integração, que geração de renda essa pequena quantidade de energia pode gerar?”, questiona Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletro.

Segundo ele, o painel fotovoltaico está previsto no Luz para Todos, contudo, deve ser utilizado em casos excepcionais, como é o caso de ilhas ou vilarejos muito distantes.

“Mas no Norte de Minas o painel virou regra e não a exceção, apesar de não atender as necessidades do Programa. Além disso, os nossos eletricitistas não

entendem disso. Tem consumidor que ficou 400 horas sem energia depois que o painel estragou porque dependia de um técnico do Luz para Todos para o conserto”, explica Wilian.

Sucata

A justificativa da Cemig é que em alguns lugares é muito difícil levar a rede elétrica. Porém, o diretor da Regional Norte, Lúcio Parrela, diz que a história não é bem essa. Segun-

tado para atender ao agronegócio. Contudo, os consumidores carentes, público alvo do Programa Luz para Todos, continuam desassistidos. “O custo da ligação da Cemig é o mais caro de todas as concessionárias porque a empresa alegou que teria dificuldade para ligar consumidores muito distantes. O problema é que justamente esses consumidores não estão sendo atendidos”, critica Lúcio Parrela.

Ele ressalta que na parte de geração, a Cemig fez um investimento grande tanto no Norte como no Noroeste do Es-

ta do Extra Acordo, no último dia 7 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança. No entanto, a reunião confirmou a resistência da empresa em debater o assunto.

Os representantes da Cemig chegaram a dizer que esperam que o GT “não gere expectativas” e que seja espaço de “reflexão e de troca de ideias”. No Informador Gerencial divulgado no mesmo dia da reunião, o RH noticiou a constituição de um “grupo de estudos não deliberativo e não normativo”.

Já os representantes do Sindieletro esperam construir uma política de saúde e segurança transparente e eficiente. Só este ano foram quatro mortes de trabalhadores a ser-

GT de Saúde e segurança faz primeira reunião

Na semana passada, Sindieletro e Cemig debateram a política de saúde e segurança da empresa. Por causa da liderança da Cemig no ranking nacional de acidentes de trabalho e

do Extra Acordo, no último dia 7 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança. No entanto, a reunião confirmou a resistência da empresa em debater o assunto.

Os representantes da Cemig chegaram a dizer que esperam que o GT “não gere expectativas” e que seja espaço de “reflexão e de troca de ideias”. No Informador Gerencial divulgado no mesmo dia da reunião, o RH noticiou a constituição de um “grupo de estudos não deliberativo e não normativo”.

Já os representantes do Sindieletro esperam construir uma política de saúde e segurança transparente e eficiente. Só este ano foram quatro mortes de trabalhadores a ser-

vidado para atender ao agronegócio. Contudo, os consumidores carentes, público alvo do Programa Luz para Todos, continuam desassistidos.

“O custo da ligação da Cemig é o mais caro de todas as concessionárias porque a empresa alegou que teria dificuldade para ligar consumidores muito distantes. O problema é que justamente esses consumidores não estão sendo atendidos”, critica Lúcio Parrela.

Ele ressalta que na parte de geração, a Cemig fez um investimento grande tanto no Norte como no Noroeste do Es-

ta do Extra Acordo, no último dia 7 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança. No entanto, a reunião confirmou a resistência da empresa em debater o assunto.

Os representantes da Cemig chegaram a dizer que esperam que o GT “não gere expectativas” e que seja espaço de “reflexão e de troca de ideias”. No Informador Gerencial divulgado no mesmo dia da reunião, o RH noticiou a constituição de um “grupo de estudos não deliberativo e não normativo”.

Já os representantes do Sindieletro esperam construir uma política de saúde e segurança transparente e eficiente. Só este ano foram quatro mortes de trabalhadores a ser-



Audiência Pública revelou a decepção dos consumidores

dicato solicitou acesso à metodologia adotada pela empresa e aos contratos firmados entre a Cemig e as empreiteiras para avaliar o cumprimento das cláusulas de segurança.

A assessora de Saúde do Sindieletro, Ana Lúcia Murta, questiona a opção da empresa por ações mais focadas na punição do trabalhador do que na

educação para um trabalho mais seguro. “Os eletricitários atuam em atividades complexas, expostos a grande risco de acidentes e não é esta análise simplista que vai resolver o problema”. O sindicato também reivindica agilidade nos trabalhos. “Pela gravidade do assunto, o debate já está muito atrasado”, avalia Jairo Nogueira.

PCR pode passar por reformulação

Mudanças no Acordo Específico do PCR também estão sendo debatidas com a Cemig. Após um longo período de esvaziamento do Comitê do PCR pela própria empresa, o RH anunciou a criação de novo espaço de discussão com repre-

sentantes dos trabalhadores. O objetivo é formular uma proposta a ser encaminhada à direção da empresa até setembro próximo.

Apesar dos representantes da Cemig acenarem com a flexibilização da movimenta-

Acordos flexibilizam atividades sindicais

O Grupo de Trabalho criado para discutir o acesso de diretores do sindicato às instalações da empresa e a realização de reuniões setoriais fechou Acordos Específicos, no último dia 11. O Acordo autoriza o acesso de dirigentes sindicais à sede da empresa, em Belo Horizonte, uma experiência piloto que o sindicato deseja ampliar para ou-

tras unidades da Cemig no Estado. Em relação à setoriais, o Acordo permite que as entidades sindicais promovam reuniões até uma vez por mês nas instalações da empresa, desde que seja solicitada autorização prévia.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, avalia que os acordos, construídos após muita mobilização da cate-

goria, ainda não retomam plenamente a liberdade sindical após um período de autoritarismo por parte da empresa, mas trazem alguns avanços. “Nossa expectativa é que as negociações sobre o tema continuem e ampliem o acesso dos dirigentes ao trabalhador, uma reivindicação que é de grande interesse dos eletricitários”, explica.

ção nas carreiras e nas faixas salariais, o diretor de Formação do sindicato Lúcio Parrela, ressalta que não está claro o papel da categoria na construção das novas regras. “Resta saber do ponto de vista de quem serão feitas as mudanças na movimentação nas carreiras e na própria Avaliação de Desempenho, já que sem o Comitê não há mais espaço formal de negociação”, diz.

Para Lúcio, o debate deve considerar não apenas a estrutura do Plano, mas também os reflexos do PCR para a categoria, seja do ponto de vista da mobilidade, da remuneração, da intensificação do trabalho, ou das condições de saúde.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, destaca que “é hora de planejarmos a nossa intervenção na nova proposta de PCR”, destaca.